

# JORNAL DO BRASIL

## Dobram os sinos

Fernando Pedreira \*

**N**uma semana cortada pelo Dia de Finados, por quem dobram os sinos da República? Ainda na segunda-feira, falando ao país diante dos seus ministros reunidos, o presidente Fernando Collor fez um bravo e bem articulado esforço para restaurar a credibilidade plena, não tanto do seu governo — corroido por dissensões internas, insucessos vários e revelações comprometedoras — mas do próprio presidente.

Fernando Collor fala com firmeza, lucidez e determinação de estadista, e é difícil para o cidadão comum não se convencer e até se comover ouvindo-o. Mas, o fato é que já se passaram sete meses e quinze dias desde a sua posse e, nesse intervalo, entre os propósitos tão firmes e claros do presidente e a realidade, foi-se abrindo um fosso. Ou antes: um charco, onde as rodas da possante Ferrari Testarossa presidencial patinam e derrapam com crescente frequência.

De onde vêm essas águas, de onde vem a infiltração que alimenta o (ainda relativamente pequeno) charco governamental do Brasil Novo? Das falhas e fraquezas originais da equipe do governo? Talvez. Mas a equipe é o presidente. Ele mesmo, com característica sobrançeria, vizinha do orgulho (ah, o pecado capital do orgulho), declarou: "Quem está no governo está porque quer. E, *sobretudo*, porque *eu* quero."

Ora, pois. O presidente tem os defeitos das suas (consideráveis) qualidades. No início, uma excessiva autoconfiança (exacerbada por uma campanha brilhante e solitária e mais 35 milhões de votos populares) misturou-se à natural inexperiência e até à generosidade do jovem chefe do governo para levá-lo a escolhas e nomeações imprudentes, e a uma ingênua crença na soberana eficácia do seu *ippon* antiinflacionário de márco, e de sua política (sua equipe) econômico-financeira.

Um caso, aliás, parece exemplar, típico desta característica atitude do presidente, que chega às vezes até à imprudência e o descuido. Em Alagoas, dois colaboradores e íntimos associados seus pretendiam a governança do Estado. Em lugar de reuni-los e impor uma solução unitária, Collor simplesmente lavou as mãos e deixou-os brigar; talvez até lisonjeado pelo fato de que, em sua terra, os dois galos na rinha fossem do seu galinheiro. A consequência, entretanto, acabou sendo a que qualquer político mais experiente e menos autoconfiante podia facilmente prever: a retaguarda alagoana do presidente cindiu-se; a briga enlameou as duas facções, emporcalhou as instituições do Estado e alcançou os alicerces do próprio governo federal. E ainda não terminou.

Os erros de julgamento do presidente Collor têm custado caro, ao longo desses sete meses e meio, não só ao governo e a ele próprio, mas sobretudo ao país, ao povo, a essa sofrida classe média que é o inevitável boi de piranha das costumeiras trapalhadas governamentais. Mas, deixemos Alagoas, florão do Nordeste, com suas elites corruptas, primárias e frequentemente assassinas, e examinemos a viga mestra da administração, sua política econômica.

O *ippon* inaugural, de março, afastou o risco imediato de hiperinflação e resolveu radicalmente, a seu modo, o problema da dívida interna acumulada. Duas decisivas vitórias, embora conquistadas a um preço muito elevado. Os diques do Banco Central, entretanto, estavam rachados e, apenas dois meses depois, em fins de maio, os níveis de liquidez (base da inflação) haviam voltado ao que eram antes, e os preços recomeçaram a subir.

Iniciou-se, então, uma segunda fase de arrocho, agora gradual, mas proclamadamente decidido e severo: o BC comprometeu-se a não ampliar a base monetária (a liquidez)

mais do que um por cento (1%) ao mês, enquanto os juros, que já eram altíssimos, subiam até os cornos da Lua.

A inflação, no entanto, resistiu, persistiu, manteve-se em patamares inaceitáveis e, afinal, voltou outra vez a crescer. Onde estaria a rachadura, o rombo? É verdade que o governo federal, no seu esforço saneador, havia ficado sozinho: não teve o apoio e a colaboração, nem dos empresários, que continuaram a remarcar freneticamente seus preços, nem dos sindicatos (até os próprios funcionários do BC entraram em greve), nem muito menos das Casas legislativas e dos governos estaduais, que continuaram a gastar mais do que nunca.

O isolamento do governo central deveu-se, segundo os jornais, à nossa "cultura inflacionária", isto é, à ganância e à falta de espírito público que costumam caracterizar as elites brasileiras. Deveu-se ainda, a fatores incontroláveis como as eleições estaduais e, mais ainda, à crise no Golfo Pérsico e seus efeitos sobre os preços do petróleo, fatores esses que contribuíram para minar crescentemente, em muitos círculos, a confiança no êxito da política oficial e sua indispensável credibilidade.

Há, portanto, a favor da inflação e contra o país, uma conjunção de elementos políticos e psicológicos, em torno de um núcleo técnico, operacional,

quando menos discutível. Segundo o economista Edmar Bacha (JB de domingo último), a política econômica oficial está essencialmente correta, mas não funciona porque não é "crível", isto é, porque os agentes econômicos não acreditam nela. E por que não acreditam? Primeiro, porque não querem acreditar; acreditam mais na própria (e alheia) ganância. Segundo, porque os vaivéns e as rachaduras nas comportas do Banco Central não inspiram suficiente confiança aos gatos escaldados do mercado.

Ainda agora, nesta semana de Finados, ficamos sabendo que o Banco Central, em setembro, entendeu-se discretamente com os bancos e, temendo criar para alguns dentre eles uma situação muito delicada, recomprou deles títulos da dívida pública num tal volume que os meios de pagamento (base da inflação) acusaram, só naquele mês, aumento de 16,2%!

Tudo isto está descrito num cuidadoso editorial do *Estado de São Paulo* (30 de out.) que conclui: "No final de setembro os meios de pagamento ficaram 21,6% acima do que estava previsto no orçamento monetário para aquele mês, e já 13,6% além do calculado para o fim do ano. Isto mostra que a austeridade monetária verificada no período junho-agosto durou muito pouco — o que nos forçará a rediscutir as metas acordadas com o FMI em nossa carta de intenção".

Por quem dobram os sinos? É obvio que a firmeza e a determinação de que costuma falar o presidente Collor se espelham mal na execução de sua política econômica. Essa política não tem êxito porque não tem o apoio do mercado. Diante dos fatos referidos, deve-se entretanto reconhecer que o mercado tem razões para sua desconfiança. O BC agiu à sorrelfa, sem anunciar e ainda menos explicar ao distinto público o que fazia.

Resumo da ópera: com a inflação de outubro na casa dos 15% (e crescente) já não será possível adiar mais a recomposição dos salários e um reajuste geral, o que não deixará de tornar o quadro ainda mais volátil e difícil de controlar. Perdemos quase um ano inteiro de aperto e sacrifícios, e vamos ser obrigados a recomeçar tudo outra vez em 1991. Esperemos que agora, com mais juízo e mais competência.